

“Do Silêncio ao Orgulho: O papel da narrativa na inserção política e cultural das Comunidades Remanescentes de Quilombos.”

*BEATRIZ HOCHMANN BÉHAR**

Durante o século XX, alterou-se profundamente a forma de se conceber a escrita da História e a responsabilidade dos atores sociais na eclosão dos fenômenos históricos ao redor do mundo. A partir dos novos rumos da disciplina, historiadores brasileiros passaram a lançar um olhar historicizante para os eventos históricos aqui produzidos, levando em conta uma pluralidade de fatores para então, recontar a formação de nossa sociedade. Seguindo esta corrente, nas últimas décadas podemos observar uma significativa releitura de temas, que traz à tona a intensa participação de novos agentes até então tratados como personagens passivos da história. Esta discussão transcendeu a esfera acadêmica e chegou aos debates políticos, fazendo surgir uma preocupação por parte do Estado em compensar grupos sociais que, de alguma forma, estiveram à margem da história do país e de políticas públicas voltadas para a solução de suas necessidades, além de reconhecer as suas contribuições, e de seus antepassados, à formação da sociedade e cultura brasileiras e, em um esforço de reconstrução da idéia de brasilidade, absorver e preservar estas contribuições sob forma de patrimônio nacional.

Sendo um, entre tantos temas que passaram por uma profunda revisão, a nova forma de ver a escravidão ressignificou o papel do negro na história bem como alterou substancialmente as concepções acerca da abolição e, aliado a um crescente movimento negro engajado em lutas políticas, fez surgir uma busca institucional por compensações para os descendentes de comunidades negras identificadas como remanescentes de quilombos.

O uso do termo segue, aqui, a mesma ressemantização dos textos legais, indicando comunidades autônomas, essencialmente agrícolas, criadas no pós abolição para garantia da sobrevivência de pessoas unidas por uma identidade étnica, que não se reduz a traços biológicos. (BRANDÃO, DALT e GOUVEIA, 2010: 80-81)

Neste contexto, podemos compreender a inclusão dos remanescentes de quilombos ao texto constitucional de 1988, no artigo 68 dos Atos das Disposições Transitórias que estabelece: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas

terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.” (BRASIL, 1988);

Sendo regulamentado pelo decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, em seu Artigo 2:

“Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.”

“§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.”
(BRASIL, 1988)

O presente trabalho, cuja pesquisa se encontra em andamento, parte deste contexto com o objetivo de compreender de que forma as comunidades que se auto atribuem a condição de remanescentes de quilombos irão lançar um novo olhar ao seu passado e reconstruir sua memória coletiva a partir do deslocamento de valor das narrativas ligadas à origem da comunidade. Antes relacionados à discriminação e preconceito e, portanto, silenciados, os relatos passam a ser peças na institucionalização de uma memória coletiva com poder de conferir direitos e visibilidade aos grupos sociais esquecidos pela sociedade. As narrativas acerca do passado familiar no período da escravidão e no pós abolição se constituem como algo importante à formação do país, que devem ser ouvidas e protegidas, se constituindo em seu patrimônio, sua ferramenta de legitimação nas disputas sociais e políticas.

Para observarmos este movimento, que ocorre em diversas comunidades remanescentes de quilombos por todo o Brasil, o caso da comunidade das Onze Negras, localizada no Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, exemplifica e traz novas questões a serem pensadas. Por se localizar em uma área que experimentou um surto de urbanização e crescimento industrial nas últimas décadas, a comunidade passou a sofrer os danos causados no ecossistema da região sem, no entanto, ser diretamente contemplada com as políticas públicas pensadas para o local. Contar sua história foi a forma encontrada pela comunidade para ser vista e fazer valer sua voz.

Por se tratar de uma história do tempo presente e por ser possível através dela, não só a recuperação de informações sobre o passado, mas também o entendimento de como este passado é concebido no presente, se faz necessário, para o entendimento da revisão que a comunidade faz de sua própria trajetória, o apoio da História Oral.

Aceita pela História apenas nas últimas décadas e intensamente debatida, esta metodologia apresenta uma interessante fonte para o estudo de grupos cuja “história escrita é ou falha ou distorcida” (PORTELLI, 1997:27), por permitir que seus membros falem por si mesmos e por permitir a interpretação de outros elementos da narrativa, como as mudanças de tom de voz, expressão facial, silêncios demorados ou fala acelerada, importantes para o entendimento de como o assunto em questão afeta ao narrador e qual é sua relação com sua própria história.

O relato, mais do que preservar o passado, demonstra de que forma a memória relativa a este foi revisada, de forma a se adequar ao contexto das forças sociais agentes no presente, se configurando como instrumento de uso político fundamental à construção identitária do grupo. Lembrando Halbwachs, Marieta de Moraes Ferreira afirma que “a memória envolve uma relação entre a repetição e a rememoração” (FERREIRA, 2002: 320), sendo criado, a partir dela, um discurso construído pelas necessidades do presente.

Estudar a memória, através da narrativa, nos leva à construção da identidade de determinado grupo, já que esta se faz a partir de um esforço de seleção do que é mais significativo para a coesão da comunidade.

A patrimonialização da narrativa

A inserção da questão sobre o reconhecimento, como remanescentes de quilombos, de comunidades rurais que tenham, em seu passado, ligação com a negritude e o cativo no Brasil, mais de 100 anos após a abolição da escravidão nos mostra a existência de uma preocupação atual acerca da inserção social da população negra. É possível perceber que o tema vem alcançando visibilidade nas agendas de discussões políticas e acadêmicas das últimas décadas, impulsionadas pela concepção da produção de uma história multicultural,

reconhecendo as contribuições de grupos que, até então, eram vistos como passivos no processo histórico.

A lei n. 10.693, de 09 de janeiro de 2003, que estabelece a obrigatoriedade de inclusão da temática Afro-brasileira no currículo oficial dos estabelecimentos de ensino, demonstra um esforço de transmitir aos jovens e crianças a importância de se pensar a história como produto das relações sociais entre os diversos agentes tendo, todos eles, sua parcela de participação da formação da identidade brasileira. Do mesmo modo, os programas de assistência social e políticas públicas positivas voltadas especificamente para os remanescentes de quilombos ou onde estes tenham prioridade em relação a outras comunidades são indicadores, primeiramente, da tentativa de compensar a forma como seus antepassados foram marginalizados pelos governos e, também, do reconhecimento de que existe ali um passado a ser recuperado, importante para a formação da identidade nacional. Todas essas ações se inserem numa questão maior, de combate ao racismo, que, durante muito tempo, fez calar a tradição oral, por não haver nela motivo de orgulho, ao contrário, por expressar o motivo maior da discriminação sofrida, que sejam, as raízes negras.

Segundo Martha Abreu e Hebe Mattos, a nova identidade quilombola será construída a partir do resgate das narrativas e “causos” ouvidos desde a infância, passados de geração em geração, oralmente, com o objetivo, também, de garantir a posse da terra (ABREU, MATTOS, 2012, p.11). No caso específico do quilombo Onze Negras, nos foi relatado pela própria líder comunitária a insistência de seu pai em contar para os filhos o trajeto feito por ele até conseguir a posse comprovada da terra, para que eles não fossem enganados e perdessem sua herança. Esta nova identidade será formada através da reconstrução da memória e de outros aspectos culturais e de sua identificação com as origens africanas de seus antepassados, constituindo o patrimônio cultural da comunidade. (ABREU, MATTOS, 2012:9) “Todo ato de preservação de patrimônios culturais traz consigo a idéia de que é preciso salvar algo que está em perigo de desaparecimento ou se quer tirar do silêncio e do esquecimento.” (ABREU, MATTOS, 2012:9)

Vemos surgir, a partir deste movimento, uma busca das comunidades que se reconheciam como remanescentes em provar o uso de suas terras na garantia da reprodução de seus bens materiais e imateriais ligados ao passado de opressão. No entanto, será

necessário a estas comunidades, recorrer à memória de seus antepassados para ter acesso ao fluxo recém aberto de políticas públicas, e, na busca pelo reconhecimento, estes grupos lançarão um novo olhar à sua história, às suas tradições, aos seus relatos e construirão uma nova identidade, ressignificada pela importância agora inserida àquelas práticas e sua transformação em ferramenta na busca pela legitimação de seu passado.

Ao afirmarem que a identidade racial deve ser entendida como uma construção social determinada pelo seu tempo histórico, Ana Lugão Rios e Hebe Mattos nos fornecem uma pista para começarmos a compreender como estas comunidades quilombolas trabalharão sua memória (MATTOS, RIOS, 2005: 29). As questões escolhidas e a forma como estas passarão a ser contadas emergirão das necessidades do presente, ou seja, os debates atuais farão com que determinadas lembranças sejam privilegiadas, incluindo fatos ou retirando elementos da narrativa que não estejam de acordo com as aspirações políticas do momento. Com o passar dos anos e a crescente preocupação das ciências humanas e do Estado com o passado brasileiro do qual os remanescentes fazem parte e guardam informações valiosas, passadas de geração para geração, as narrativas ouvidas tantas vezes na infância com certa regularidade dentro das comunidades, em sua maioria ligadas por laços de parentesco, são ressignificadas, contribuindo para a construção de uma memória tradicional e nova ao mesmo tempo (MATTOS, RIOS, 2005: 31).

Sendo a memória elaborada no tempo histórico, segundo Portelli, o desafio destes grupos é buscar, em meio aos deslocamentos sofridos pelos relatos ao longo do tempo, seu mito de origem, ou seja, a história simbólica da comunidade, aquela que será partilhada pelos membros da família e construirá sua auto representação. Dela se formará uma memória pública resultado de uma construção ideológica, que se constitui de forma mais coerente, aparando as arestas daquilo que escapa à narrativa linear, mas nem por isso menos legítima, já que se constrói a partir das experiências (PORTELLI, 1996: 109).

Existe, portanto, no interior destas comunidades a necessidade de envolver a todos em uma identidade coletiva, a partir de uma memória também coletiva que seria sua força de coesão social com a função de uni-los por laços de pertencimento. Para a sua construção, é fundamental a existência dos pontos de contatos entre as memórias individuais e as concordâncias identificadas entre estas, para então tomar corpo uma memória coletiva estável,

constituída e formalizada que cumpra suas funções de “manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que o grupo tem em comum.” (POLLACK, 1992: 7)

Porém, todo o processo de seleção do que fará parte desta memória coletiva se dá através de negociações e disputas entre as memórias individuais, demonstrando como a identidade construída a partir de elementos da coletividade se constitui em um bem valioso da comunidade em seu processo de legitimação. Nas palavras de Pollak,

“O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. (...) Pode ser guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro.” (POLLACK, 1992: 8)

No entanto, pouco serviria o esforço de reapropriação desta memória e construção identitária se não houvesse meios institucionais de elevar os saberes transmitidos dentro das comunidades a um patamar de maior visibilidade, que garantisse a afirmação de sua importância e se transformasse em ferramenta política. Neste sentido, se torna essencial o papel da ampliação do conceito de patrimônio, aplicada desde a implantação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, que visa estimular, reconhecer e proteger a dimensão imaterial do patrimônio cultural, abrindo discussões para novas concepções acerca do que pode, e deve, ou não ser considerado importante para a formação do que se entende por cultura brasileira.¹

Se entendermos como patrimônio imaterial, o bem dotado de continuidade histórica, relevância nacional para a memória, identidade e formação da sociedade brasileira (ABREU, 2007: 356), podemos incluir nesta categoria as narrativas das comunidades que se reconhecem como descendentes de quilombos sobre seu passado e sua formação, contribuindo para um entendimento mais plural da sociedade brasileira, e para a emergência de saberes até então esquecidos ou ignorados.

¹ Para mais informações sobre a ampliação do conceito de patrimônio no Brasil e Decreto 3.551, ver: ABREU, Martha. “Cultura Imaterial e Patrimônio Histórico Nacional” IN: ABREU, Martha, SOIHET, Rachel e GONTIJO, Rebeca. Cultura Política e Leituras do Passado: historiografia e ensino de história. Editora Civilização Brasileira, 2007.

“Os novos patrimônios investigados e selecionados indicam a emergência de renovadas formas de se valorizar, comemorar e guardar memórias do passado desvalorizadas ou encobertas, até mesmo preteridas por uma ideia elitista e excludente de cultura, e de história.” (ABREU, 2007: 356)

Para além da ampliação do conceito de cultura, e da contribuição para uma melhor apreensão do que pode ser entendido como brasilidade, o reconhecimento das tradições orais de uma comunidade como patrimônio, abre um novo canal de disputas políticas para grupos tradicionalmente alijados dos processos culturais e históricos, como eram antes percebidos, e garante a eles meios de perpetuar sua existência (ABREU, 2007: 361).

Além de pensarmos a construção da identidade e reapropriação da memória destes grupos, é válido refletir sobre o significado mais amplo de se assumir como comunidade quilombola para tantas pessoas que, no passado, sofreram preconceitos justamente por serem negras. A mudança na forma como o racismo se apresentou durante as últimas décadas na sociedade brasileira irá também alterar o tom das narrativas, e preenche-las de um sentimento de orgulho e pertencimento que contrasta com relatos de infância ou juventude sobre os preconceitos sofridos e, também, com o silêncio em que muitas destas comunidades viviam até ganharem visibilidade política. Segundo Hebe Mattos:

“Tanto o silêncio sobre a cor como ética social, quanto sua reivindicação como bandeira de luta, são frutos diferentes da presença difusa do racismo na sociedade brasileira em suas complexas relações com a memória do cativo.” (MATTOS, 2006: 111)

As Onze Negras²

² Informações baseadas nos relatos de Maria de Fátima da Silva Barros e Maria Conceição Marques, Presidente e Vice-Presidente da Associação dos Moradores, Pequenos Produtores Rurais e Quilombola Onze Negras do Engenho Trapiche – AMPRUQUION, em visita à comunidade em setembro de 2011 e em entrevista de Maria de Fátima da Silva Barros, realizada em 22 de abril de 2013 por Beatriz Béhar e Hebe Mattos.

É possível perceber este movimento analisando-se a trajetória da Associação dos Moradores, Pequenos Produtores Rurais e Quilombola Onze Negras – AMPRUQUION, situada no município do Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco. A área onde se localiza vem sofrendo intensas transformações desde a década de 1960, com a instalação de inúmeras indústrias do complexo industrial do Porto de Suape, conferindo à região uma alta taxa de urbanização e crescimento, isolando a pequena comunidade essencialmente rural e desencadeando séries de conflitos ligados a terra, propriedade e à subsistência da população. Apesar das tensões, é interessante notar sua intensa relação com o governo municipal na divulgação das suas manifestações culturais, e, o fato de a comunidade já possuir certa visibilidade, o que nos permite observar qual é o papel das narrativas, entendidas como seu patrimônio, para lhes conferir legitimidade às disputas políticas.

Para esta comunidade, ser reconhecida e fazer valer sua voz significa lutar pela manutenção de sua propriedade e pela garantia de que somente os efeitos positivos ligados à instalação e crescimento do Porto de Suape atinjam seus moradores, - todos unidos por laços de parentesco - como a geração de empregos e o maior acesso às políticas públicas pensadas para o progresso da região. A forma encontrada para reivindicar este reconhecimento foi contar sua história e mostrar a importância social, cultural e histórica da comunidade.

Reconhecida pela Fundação Palmares em 2007 e tendo como líder comunitária, Maria José de Fátima da Silva Barros - bisneta de escravos, segundo relato - , nascida em 1959, a origem da comunidade remonta à vocação histórica de Pernambuco para o cultivo da cana de açúcar, produto importante na economia do Estado até os dias atuais, quando, na década de 1940, algumas famílias migraram para a região com o intuito de trabalhar nas terras da Usina Bom Jesus, no Engenho Trapiche. Apesar do trabalho na lavoura ser sazonal, a necessidade de trabalhadores domésticos justificava a permanência de algumas famílias nas terras da Usina, e “com o passar dos anos, as famílias que residiam na região se casaram entre si, originando três grandes famílias” (PREFEITURA DO CABO DE SANTO AGOSTINHO, 2007: 21)

Com o desenvolvimento econômico e industrial da região e a necessidade de abertura de rodovias, na década de 1960, a população teve que se transferir para um local mais distante, com difícil acesso às melhorias que chegavam junto com o complexo industrial. Indenizadas pelas benfeitorias nos terrenos em que viviam, as três ditas famílias conseguiram

comprar lotes de terras da Companhia de Revenda e Colonização ao valor de 2.500,00 cruzeiros, a serem pagos em 10 prestações anuais. Os chefes de família e os filhos mais velhos trabalhavam no engenho e na lavoura de suas terras, pescavam, caçavam e eram obrigados a comprar no sistema de barracão, as filhas trabalhavam no corte de cana ou eram mandadas para Recife, onde trabalhavam como empregadas domésticas. Durante anos as famílias assistiram ao avanço nas construções de fábricas, a mudanças no ecossistema da região, às grandes somas de dinheiro público sendo investidas a poucos quilômetros dali, enquanto a comunidade padecia sem diversos serviços básicos, como luz elétrica e água encanada, que só chegariam próximo ao ano 2000. Apesar de estar ciente de seu passado, o grupo não se sentia merecedor de quaisquer direitos ligados à opressão sofrida por seus bisavós e preferia ignorar suas raízes por terem sofrido preconceito sobre várias formas enquanto crianças, e pelo medo de que, chamando a atenção para si, pudessem perder o direito às suas terras, mesmo de posse dos contratos de aquisição.

Conforme relatado por Maria de Fátima da Silva, tendo em vista a situação de dificuldade em que viviam, em 1999, as mulheres da comunidade decidiram montar uma associação que representasse comercialmente seus trabalhos de artesanato. O nome Onze Negras foi cogitado e muitas participantes se opuseram, por não aceitarem serem identificadas como negras. O nome ainda se referia a um time de futebol, Onze Negros, formado por homens da comunidade, que relatam o forte preconceito que sofriam quando saíam de suas terras para jogar com outros times. Somente após serem procurados pelo Movimento Negro, em 2005, e por outros grupos que se reconheciam como quilombolas, os membros das famílias viram como a sua história e de seus antepassados, contadas por seus pais, poderiam se transformar em ferramenta de reivindicação por melhorias na região, a partir do reconhecimento e da visibilidade que as narrativas dariam ao grupo.

Munidas de sua condição institucionalizada de remanescentes de quilombos, houve uma profunda alteração na reação das Onze Negras aos abusos cometidos sobre suas terras e na forma de se relacionar com o governo, tanto na esfera municipal, como nas esferas estadual e federal. Após o reconhecimento pela Fundação Palmares, as Onze Negras se informaram sobre seus direitos e aprenderam a reivindicar suas demandas de maneira formal através de ofícios, tendo êxito em diversos casos. Através deste caminho, conseguiram a instalação de

transformadores e relógios de medição do consumo de energia elétrica, construção de uma creche municipal e reconhecimento, pelo MEC, da escola existente dentro da comunidade, entre outras conquistas. Durante este processo, o valor simbólico dado às tradições e aos saberes dos mais velhos se alterou profundamente e emergiu um desejo de contarem suas histórias de família, de construir sua memória e da região, em contraste com a negação e omissão de seu passado que marcou a infância e adolescência de Maria de Fátima e de sua geração.

Considerações finais

Os direitos conquistados pelos remanescentes de quilombos no Brasil, nos últimos anos, se basearam na compensação pela subvalorização dada à contribuição dos negros à cultura brasileira e no pouco reconhecimento do papel de seus antepassados na construção da brasilidade. Para pensarmos por este viés é necessário, antes de tudo, entendermos a que estamos nos referindo quando falamos de cultura. Segundo Barth, a cultura deve ser entendida como um processo dinâmico em constante transformação, pois, ao buscarmos a cultura como um conjunto coerente de valores, estaremos ignorando os aspectos que traduzem sua multiplicidade³ e negando a tendência presente na nova história cultural de considerar as manifestações sociais para construir um quadro do que se entende como cultura brasileira, e, conseqüentemente, criar uma identidade nacional com a qual os brasileiros se identifiquem de alguma forma.

Neste sentido, as narrativas dos remanescentes de quilombos devem ser entendidas como contribuições à construção da identidade nacional, e não podem existir sem um processo de formalização da memória. Segundo Pollack, não se pode falar de memória sem negociação e disputas, ou seja, aquilo que deve emergir das memórias individuais para a formação de uma memória coletiva que, por sua vez, se constituirá de forma muito diferente da simples soma das memórias individuais, passa por um processo de solidificação que irá lhe

³ BARTH, Fredrik. "A análise da cultura nas sociedades complexas". IN: *O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Editora Contra Capa, 2000, p.17.

conferir estabilidade⁴. E, tão significativo quanto o relato, é o silêncio, a ausência de memória coletiva constituída, partindo do pressuposto de que este silêncio não pode ser traduzido em esquecimento. No caso dos entrevistados do Quilombo Onze Negras, a ausência de uma memória coletiva, até o momento de unir os esforços de reconhecimento por parte dos membros da associação, pode ser explicada pela negação das suas memórias individuais, em outras palavras, a negação de sua memória constitutiva, por estas lhes trazerem um sentimento de deslocamento e segregação.

A partir do momento de rompimento com este “não dito”, ativado pelos crescentes aparatos legais de garantia de direitos aos que se reconhecem como remanescentes de quilombos, as memórias individuais irão emergir e construir diferentes discursos em resposta às diferentes situações enfrentadas pelos narradores. “A identificação coletiva é sempre processo e construção” (ABREU, MATTOS, 2012: 11)

Sendo um processo que foi iniciado de fora para dentro, a partir das discussões levantadas pelas ciências humanas que levaram a um entendimento mais amplo do que poderia ser considerado como patrimônio cultural de uma região, e do reconhecimento, por parte do Estado, de uma concepção mais ampla de patrimônio, considerando, como tal, tradições familiares merecedoras de proteção e salvaguarda, deu nova perspectiva àquelas histórias que foram por tantas vezes ouvidas sem que se desse a devida importância e abriu espaço, também, para disputas entre as várias memórias existentes, já que a narrativa se constituiu em ferramenta de poder e legitimação.

Ao mesmo tempo, é importante pensar a resposta que a narrativa, colocada como capital simbólico provoca e, para tanto, devem ser observadas as ações governamentais para com o quilombo, a parceria com o governo municipal e as conquistas jurídicas da associação quilombola nas disputas territoriais e sociais.

Perceber a importância que a origem negra dos grupos remanescentes de quilombos recebeu na última década e como, a partir de sua história, as comunidades conseguiram se organizar para lutar e garantir sua sobrevivência, ameaçada pelo avanço da urbanização sobre suas terras, destruindo a capacidade de subsistência das famílias, é perceber o poder político conferido à memória desses grupos. O mesmo passado que era motivo de vergonha e

⁴ POLLACK, Michael. *Memória, Esquecimento e Silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, n.3.

transformava-os em alvos de discriminação é ressignificado e utilizado como bandeira social e política, sendo agora, não só motivo de orgulho, como via de conservação de sua existência.

Bibliografia

Leis e Decretos

- BRASIL. Constituição Federal, 1988.
- BRASIL. Lei n. 2.341, de 26 de junho de 2006.
- BRASIL. Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003.
- BRASIL. Decreto n. 3.551, de 04 de agosto de 2000.

Livros, Artigos e Teses:

- ABREU, Martha. “Cultura Popular – um conceito e várias histórias”. In: ABREU, Martha e SOIHET Raquel, *Ensino de História- conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2003.
- _____. “Cultura Imaterial e Patrimônio Histórico Nacional” IN: ABREU, Martha, SOIHET, Rachel e GONTIJO, Rebeca. *Cultura Política e Leituras do Passado: Historiografia e ensino de história*. Editora Civilização Brasileira, 2007.
- ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Quilombos contemporains In: *Afrodescendances, cultures et citoyeneté*. 1 ed. Quebec : Presse del'Université Laval, 2012, v.1, p. 7-22.
- ALBERTI, Verena. *Ouvir Contar. Textos em História Oral*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.
- BARTH, Fredrik. “A análise da cultura nas sociedades complexas”. IN: *O Guru, o*

iniciador e outras variações antropológicas. Editora Contra Capa, 2000.

-BRANDÃO, André; DALT, Salete de; GOUVEIA, Victor Hugo. *Comunidades quilombolas no Brasil: características socioeconômicas, processos de etnogênese e políticas sociais*. Niterói: EdUFF, 2010.

-FERREIRA, Marieta de Moraes. *História, tempo presente e história oral*. Topoi, Rio de Janeiro, 2002, p. 314-332.

- MATTOS, Hebe e Rios, Ana Lugão. *Memórias do Cativo. Família, Trabalho e Cidadania no Pós Abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

- MATTOS, Hebe. "O Ensino de História e a luta contra a discriminação racial." In: ABREU, Martha e SOIHET Raquel, *Ensino de História- conceitos temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2003.

-_____. "Remanescentes das Comunidades de Quilombos": Memória do Cativo e Políticas Públicas de Reparação no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 68, 2006, p.104-111.

- PREFEITURA DO CABO DE SANTO AGOSTINHO. *Onze Negras*, 2007.

-POLLACK, Michael. *Memória e Identidade Social*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n 10, 1992.

-_____. *Memória, Esquecimento e Silêncio*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3.

-PORTELLI, Alessandro. *O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): Mito, política, luto e senso comum*. IN: Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1996.

-_____. *O que faz a história oral diferente*. *Projeto História*. São Paulo: EDUC, n.14, 1997, p. 25-39.